

TEMA: DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA E GOVERNANÇA AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Por que o desmatamento da Amazônia preocupa o mundo?

No Brasil o que mais gera gases de efeito estufa são as mudanças no uso da terra, majoritariamente em decorrência do desmatamento na Amazônia, que concentra 87% das emissões brutas. Assim, a preservação do bioma pode representar uma grande contribuição oriunda de um único país no combate ao processo de mudanças climáticas. Em sentido contrário, o desmatamento do bioma potencializa a crise do clima. Por isso, a realidade vivida na região assume importância local e global.



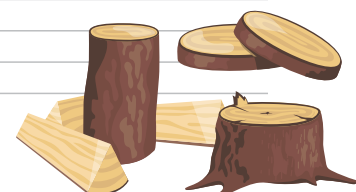
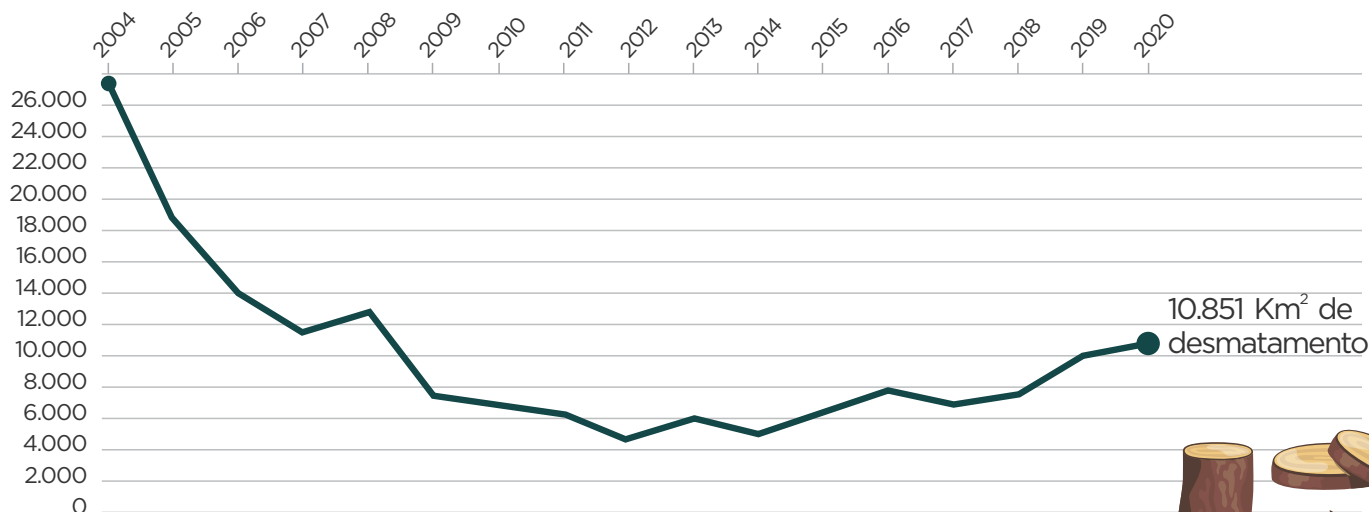
Questão principal:

Desde 2019 os índices de desmatamento na Amazônia Legal vêm atingindo níveis vertiginosos, chamando atenção do mundo inteiro e comprometendo o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Para reverter esse quadro, é crucial identificar **quais mudanças promovidas pelo Estado brasileiro na política ambiental explicam os atuais índices de desmatamento da Amazônia Legal.**

Entre 1995 e 2004 os índices de desmatamento na Amazônia Legal foram os mais altos já registrados na série histórica. Entre 2005 e 2012 a redução desses índices ficou em mais de 83%. A reversão das altas taxas, registradas desde 1995, para as mais baixas taxas em menos de uma década, levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a reconhecer que os esforços do Brasil no combate ao desmatamento naquele contexto foram impressionantes e sem precedentes. Esse grande feito somente foi possível a partir do **desenvolvimento de políticas ambientais coerentes e da estruturação de sistemas de governança de combate aos desmatamentos da Amazônia.** Entre 2013 e 2018, registrou-se tendência de aumento gradativo e preocupante dos desmatamentos na região. E **2019 marca a virada na política ambiental brasileira.**

Evolução do desmatamento na Amazônia Legal

Após queda, índices de desmatamento voltaram a subir com mudanças no PPCDAm, em 2013, mas índices de desmatamento saltam a partir de 2019



Negando as mudanças climáticas e legitimando práticas degradantes, especialmente associadas ao agronegócio e exploração madeireira, o governo federal passou a implementar uma agenda ambiental contrária ao meio ambiente.

A partir de 2019, com o início do governo de Jair Bolsonaro, ocorre o **aumento exorbitante das taxas de desmatamento na Amazônia**. O mesmo período é marcado pela destruição ou enfraquecimento de políticas ambientais que haviam sido determinantes para reversão das taxas históricas de desmatamento no país.

O **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) – primeira e mais ampla política de enfrentamento ao desmatamento na região Amazônica – foi extinto**. Criado em 2004, o Plano – que compreendia 9 estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão – englobou importantes ações de proteção à floresta, como o reconhecimento de Terras Indígenas e a criação de novas Unidades de Conservação (prioritárias nas agendas socioambientais e essenciais para redução do desmatamento para atuarem como “barreiras verdes”).

O desmonte da política ambiental no Brasil - e principalmente a **desestruturação do PPCDAM - atingiu severamente as Unidades de Conservação (UCs) da região amazônica**, alcançando uma dimensão dramática a partir de 2019, em razão de boicotes do próprio governo federal, tentativas de legalização de garimpos e a exploração de madeira nesses territórios.



O desmantelamento das estruturas de enfrentamento ao desmatamento empreendido nos quase quatro anos de gestão do governo Bolsonaro, para além de produzir efeito explosivo nas taxas de desflorestamentos, tiveram implicações mais profundas, como o enfraquecimento de toda a estrutura de gestão das Unidades de Conservação da região Amazônica.

Diferentes estudos revelam que o governo federal aproveitou a pandemia para intensificar o padrão de desregulação e enfraquecimento da legislação ambiental vigente, levando ao esfacelamento das principais instituições federais responsáveis pela proteção ambiental do país.

A destruição da floresta regrediu a patamares de 10 anos atrás e o percentual de aumento da degradação no interior das unidades de conservação é maior do que no restante da floresta. Fato que afasta o Brasil do atendimento dos compromissos firmados no Acordo de Paris e aproxima a Amazônia do ponto de inflexão, estado irreversível para recuperação da floresta.

Para mais informações, acesso o estudo da Terra de Direitos em português “Desmatamento em Unidades de Conservação da Amazônia Legal: Uma análise da governança ambiental e climática a partir do PPCDAM”



Outras causas recentes do aumento do desmatamento na Amazônia Legal:

- Negação da estratégia de criação de Unidades de Conservação para contenção do desmatamento
- Desvalorização da importância das Unidades de Conservação
- Cortes orçamentários e instabilidade de órgãos ambientais
- Retirada de atribuições de órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- Agravamento do déficit de financiamento das Unidades de Conservação
- Criação de legislações que dificultam a criação de novas Unidades de Conservação
- Iniciativas de concessão de Unidades de Conservação à iniciativa privada
- Assédio e repressão a funcionários de órgãos ambientais
- Redução da transparência das políticas ambientais
- Redução da participação cidadã nas políticas ambientais, ignorando as contribuições que a sociedade civil deu, ao longo de décadas, para a formulação e execução dessas políticas públicas e, assim, para a contenção do desmatamento
- Drástica redução de ações de fiscalização
- Lentidão do julgamento de processos por crimes ambientais
- Enfraquecimento da legislação ambiental
- Discursos e perspectivas negacionistas em relação às mudanças climáticas promovidos pelo Presidente da República

Algumas das ações enumeradas acima foram convertidas em políticas públicas, outras foram incorporadas aos discursos oficiais de agentes do Estado, intensificando a ocupação e exploração ilegal da região, indicando tolerância em relação a práticas degradantes, inclusive sobre áreas formalmente protegidas.

A produção de soja e milho que sai do Brasil para outros países continua sendo resultado da destruição da Amazônia e os mecanismos de financiamento internacional para política climática estão sendo desvirtuados.

RECOMENDAÇÕES DO 3º CICLO: N.º. 55.

Observação: As alterações na política ambiental e climática do Brasil referidas acima não foram objeto de análise durante o 3º ciclo da Revisão Periódica Universal e merecem especial atenção nesse 4º ciclo.

RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS PARA O 4º CICLO:

- 1) Reestabelecer a **política de enfrentamento ao desmatamento na região Amazônica**, compatível com as metas do Acordo de Paris
- 2) Reestabelecer e fortalecer o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)
- 3) Assegurar, especialmente na Amazônia, a participação popular na formulação e execução da política nacional de mudanças climáticas
- 4) Desenvolver e implementar mecanismos de transparência sobre a fiscalização ambiental nos casos de desmatamento
- 5) Desenvolver e implementar Plano de fortalecimento das estratégias de proteção de Unidades de Conservação de acordo com as metas de Aichi
- 6) Criar indicadores para o reconhecimento de Terras indígenas e comunidades tradicionais aliando ordenamento territorial e proteção ambiental



Descrição da ONG:

Terra de Direitos é uma organização de direitos humanos, da sociedade civil, apartidária e sem fins lucrativos, que desde 2002 atua na defesa, promoção e efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Missão:

A nossa missão é contribuir para um mundo onde trabalhadores rurais, comunidades quilombolas, indígenas e de povos tradicionais e comunidades urbanas periféricas sejam reconhecidos e tenham seus direitos garantidos, de forma a desfrutar do livre acesso a suas terras, territórios, recursos naturais e à biodiversidade.

Visite nosso website:



<https://terradedireitos.org.br>